



---

Contratos e Aditivos – 04/2017

Quarto Termo Aditivo ao Contrato de locação de imóvel não residencial que abriga o Cartório da 32ª Zona Eleitoral, Vila Velha/ES. Locatário: Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo. Locador: Visionários Calçados S/A. Objeto: alteração do preâmbulo do contrato, de forma a fazer constar o novo representante do locador, seu representante legal da própria empresa, o seu proprietário, Francisco Neto. Fundamentação Legal: Lei n.º 8.666/93 e Lei nº 8.245/91.. Data da Assinatura: 04/04/2017. Processo: 2.475/2017.

Contratante: Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo. Contratada: TELEMAR NORTELESTE S/A. CNPJ nº 33.000.118/0001-79. Objeto: prestação de serviço de telefonia fixa comutada (STFC) na modalidade LOCAL – DDR (Discagem Direta a Ramal). Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico. Programa de Trabalho: 02.122.0570.20GP.0032. Natureza da Despesa: 339039. Nota de Empenho: 2017NE000248 de 03/04/2017. Valor total estimado do contrato: R\$ 61.806,60. Prazo de Vigência: 12 meses com início em 01/07/2017 e término em 30/06/2018. Data da Assinatura do Contrato: 05/04/2017. Processo: 33.242/2016.

Décimo Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de prestação de serviços de manutenção predial. Contratante: Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo. Contratado: LIMPERVICE SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 05.361.150/0001-44. Resumo do Objeto: alteração do valor da ajuda de custo paga aos funcionários em caso de pernoite durante a prestação de serviços, alterando a Cláusula Quinta. Novo valor unitário de ajuda de custo: R\$ 159,78. Novo valor total do contrato: R\$ 2.073.877,63. Fundamentação Legal: art. 58, I, da Lei nº 8.666/93. Data da Assinatura: 19/04/2017. Processo: 11.986/2016.

Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de prestação de serviços de vigilância armada e desarmada em Sede, Anexo e Cartórios Eleitorais da Grande Vitória. Contratante: Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo. Contratado: RPL SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME. CNPJ: 16.697.776/0001-42. Resumo do Objeto: prorrogação da vigência contratual por 24 meses, alterando a Cláusula Oitava. Novo Prazo de Vigência: de 27/05/2017 a 26/05/2019. Fundamentação Legal: art. 57, II, e 58, I, da Lei nº 8.666/93. Data da Assinatura: 20/04/2017. Processo: 89.109/2016.